



FICHA DE COMPONENTE CURRICULAR
DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* - UFPE

NOME DO PROGRAMA:	Programa de Pós-graduação em Biologia Aplicada à Saúde
CENTRO:	Biociências

DADOS DO COMPONENTE			
NOME DO COMPONENTE:	BAS906-BIONEGÓCIOS E TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO EM BIOTECNOLOGIA		
CARGA HORÁRIA:	60h	TIPO DE COMPONENTE:	<input checked="" type="checkbox"/> disciplina <input type="checkbox"/> atividade
TIPO DE DISCIPLINAS:	<input type="checkbox"/> obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> eletiva	COMPONENTE FLEXÍVEL:	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
EMENTA:	<p>Diante da crescente demanda por informação tecnológica por parte dos profissionais das áreas das ciências biológicas e da saúde com ênfase em biotecnologia, é necessário apresentar ao aluno onde esta informação pode ser encontrada e como a mesma pode ser usada. De acordo com Vieira, o crescimento e a sustentação de qualquer indústria são determinados por suas ideias e gestão, mas a geração de novas ideias, quando bem tratadas, pode servir de base para o surgimento de novas indústrias. Estas ideias podem gerar valor acadêmico na forma de artigos científicos, mas quando devidamente aplicadas, podem dar origem a propriedade industrial (PI) servindo de base para a sobrevivência ou surgimento de novas indústrias. Uma das maiores fontes sobre informação tecnológica disponível atualmente são os bancos de patentes, já que em muitos casos, é possível encontrar documentos com mais de 200 anos que estão publicados e acessíveis de forma gratuita. Uma patente nada mais é que um direito exclusivo dado pelo estado de explorar uma invenção na forma de uma solução para um problema técnico específico (INPI). Esta informação muitas vezes é negligenciada em detrimento da pesquisa apenas em bancos de artigos científicos no desenvolvimento de dissertações e Teses. Adicionalmente, o processo de inovação, atualmente muito comentado nos meios acadêmicos, pode passar em alguns dos seus estágios pela produção de propriedade industrial (PI). Diante do exposto, esta disciplina tem por objetivo apresentar e revisar para o aluno de pós-graduação a existência de bases de artigos científicos e principalmente apresentar e desmistificar as bases de patentes, a redação de pedidos de patente e por fim o foco em transferência de tecnologia para o setor produtivo. O aluno terá a oportunidade de conhecer as funções do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), entender seu contexto no cenário nacional e também no cenário internacional, conhecer a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) bem como os escritórios de patente americano (USPTO) e Europeu (EPO). A disciplina também foca em seminários na área de propriedade industrial onde os alunos serão estimulados a apresentarem e entenderem como extrair informação</p>		



	<p>tecnológica de patentes já depositadas e sobre o mercado em que estão inseridas. Também apresenta os Núcleos de Inovação Tecnológicas Presentes nas ICTs. A disciplina também fornecerá informação a capacitação contínua em propriedade industrial. Por fim, o aluno será devidamente orientado sobre diversos aspectos relacionados a propriedade Intelectual, bancos de patentes nacionais e internacionais, busca de artigos científicos para extração de informação tecnológica, funcionamento da classificação internacional de patentes, elaboração de pedidos de patente nas áreas de ciências Biológicas e da saúde com foco em biotecnologia e transferência de tecnologia para o setor produtivo. Os conteúdos programáticos serão abordados de forma teórica e prática.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA:</p>	<p>Academia da OMPI. Disponível em: https://www.wipo.int/academy/pt/ Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI. Disponível em: http://www.inpi.gov.br/portal/ Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI. Disponível em: http://www.wipo.int/portal/index.html.en United States Patent and Trademark Office – USPTO. Disponível em: http://www.uspto.gov/ European Patent Office – EPO. Disponível em: http://www.epo.org/ MAJUMDER MA. Respecting difference and moving beyond regulation: tasks for U.S. bioethics commissions in the twenty-first century. Kennedy Inst Ethics J. 2005 Sep;15(3):289-303</p>